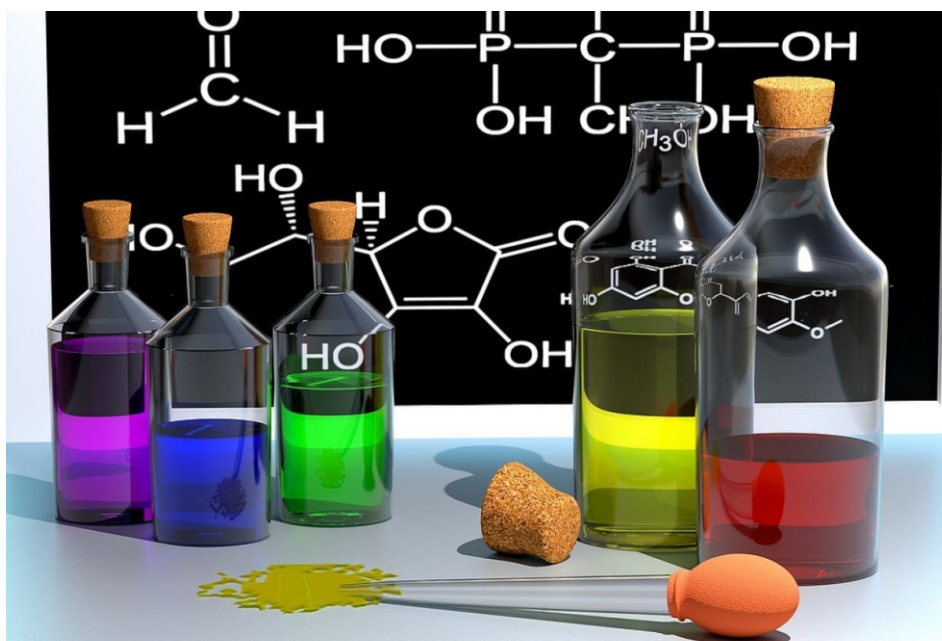




Déficit de Produtos Químicos atinge novo recorde em 2021: US\$ 46,1 bi

Revista Indústria Brasileira realiza entrevista com o Economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, sobre a economia brasileira em um ano complicado de eleições.

Apesar da recuperação no crescimento econômico mundial, 2022 ainda será de muitas incertezas e turbulências na economia brasileira. “O próximo ano é muito complicado. Um ano eleitoral tenso, com candidatos que precisam ser acompanhados em suas políticas econômicas”, resume Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, que projeta um desempenho perto de zero para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Em entrevista à Revista Indústria Brasileira, Sérgio Vale falou sobre as perspectivas para a economia do país, o cenário do preço do petróleo para o este ano de 2022 e a falta de insumos em alguns setores.

Para Sérgio, do ponto de vista internacional, o PIB mundial irá crescer cerca de 11% neste ano, um crescimento de magnitude incomum. Com a saída da pandemia, há um estímulo simultâneo de estímulo à demanda, afetando a oferta. Este raro descasamento entre pressão de demanda e desaceleração de oferta leva a um processo inflacionário ao redor do mundo, especialmente nos Estados Unidos. Por esse motivo á a perspectiva de mudança na política monetária. Há a preocupação de que a inflação esteja acelerando mais rápido do que o FED (Banco central americano) esteja percebendo, o que pode gerar a necessidade de mudanças mais radicais. Outro país de interesse é a China, onde 30% do PIB é relacionado ao mercado de construção. Com a desaceleração desse segmento podem haver alguns entraves na recuperação chinesa, cujo crescimento está tateando os 5%.

Sobre o preço do petróleo, além do descasamento entre demanda e oferta e uma recuperação forte da economia, houve um desinvestimento ao longo da

última década pela pressão ambiental e, produção parada desde o ano passado. A demanda está pressionada por questões internacionais e questões domésticas não resolvidas, como a fiscal, que se junta ao cenário político turbulento deste ano. Unindo as duas pontas, há a tendência de que não haja sossego por parte dos combustíveis, alavancada por problemas no câmbio e no preço do barril de petróleo.

Para o economista, a falta de insumos em alguns setores pode se prolongar no curto prazo, mas o retorno à normalidade e a desaceleração do consumo devem estabilizar a situação ao longo do ano. Entretanto, é necessário acompanhar produtores importantes, como Alemanha e China, que ainda estão às voltas com questões da pandemia, dificultando a retomada plena.

Já sobre questões e perspectivas internas, Sérgio Vale afirma que o próximo ano será bastante complicado. Um ano eleitoral tenso, com candidatos que precisam ser acompanhados em suas políticas econômicas. O país sai de uma inflação de dois dígitos, que não tem sido comum desde que o Plano Real foi lançado, em 1994. Houveram três momentos de inflação de dois dígitos, mas nestas outras ocasiões – 2002, 2003 e 2016 – foram realizadas mudanças políticas que conseguiram ajustar a casa, trazendo uma perspectiva de reformas que ajudaram a acomodar a taxa de câmbio e pôr as expectativas para baixo. Segundo o economista, hoje temos um governo que abdica do poder de fazer políticas econômicas e que acabou de entrar em um ano eleitoral complicado, além de propor políticas fiscais muito agressivas. No curto prazo, a tendência de um sistema pressionado continua.

Em 2022, o Banco Central vai subir a taxa de juros com intensidade para tentar manter a inflação em torno de 5%. Sendo assim, a previsão é de um crescimento da economia próximo de zero.

Fonte: Agência CNI de Notícias

SIQUIRJ INFORMA

Nº 238

Jan/2022

Editorial

Governo põe em risco 85 mil empregos e abre mão de R\$ 1,8 bilhão em arrecadação

No último dia de 2021, ignorando decisões do Congresso Nacional sobre a redução gradativa do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), o Governo Federal lançou uma Medida Provisória, alegando a imediata necessidade de compensar a perda de arrecadação decorrente da “redução” de imposto do setor aéreo.

Desta forma, o Executivo prejudica a indústria química com a extinção imediata do REIQ, pondo em risco 85 mil empregos e renunciando a R\$ 1,8 bilhão em arrecadação.

O REIQ é uma ferramenta de competitividade da indústria química nacional, reduzindo a enorme disparidade de custos entre a indústria nacional e internacional: carga tributária brasileira de 46% competindo internacionalmente com empresas tributadas em 25%.

Esta medida é um grave retrocesso à Lei sancionada em julho de 2021 que estabeleceu a redução gradual do Regime pelo período de quatro anos, encerrando-se em janeiro de 2025.

O resultado destas ações inesperadas é um clima de insegurança jurídica com nefastos efeitos sobre diversas cadeias produtivas críticas para a economia brasileira, colocando em risco o abastecimento de insumos estratégicos, empregos e a renda de milhares de brasileiros.

Diante dessa nova ameaça à indústria química nacional e à sociedade brasileira, o SIQUIRJ, aliado à ABIQUIM e a dezenas de entidades nacionais e estaduais, representando a indústria e trabalhadores, solicitam aos parlamentares apoio para a rejeição da MP 1.095/2021, que no entendimento destas entidades, mostra-se inconstitucional e ilegal.

Déficit em produtos químicos é recorde em 2021, ultrapassa US\$ 46,2 bilhões e consolida Ásia como região geográfica com maior desequilíbrio comercial setorial

O Brasil importou US\$ 60,7 bilhões em produtos químicos em 2021, com aquisição de mais de 60,5 milhões de toneladas, marcas inéditas nas importações feitas pelo País ao longo de toda a série histórica de acompanhamento da balança comercial setorial (desde 1989).

Comparado a 2020, foi registrada uma expressiva elevação, de 46,7%, no valor monetário das importações, e importante elevação de 17,4% nas quantidades físicas adquiridas, pressionando a indústria nacional e deslocando os produtos brasileiros no próprio mercado doméstico. Quando comparadas com as 37,5 milhões de toneladas de 2013, ano em que havia sido registrado, até então, o maior déficit no histórico da balança comercial de produtos químicos, de US\$ 32,0 bilhões, observa-se um aumento de 61,3%, sobretudo em produtos químicos orgânicos e para o agronegócio, e um vertiginoso crescimento de 105,5% das importações originárias da Ásia (excluído o Oriente Médio), ao passo que o crescimento médio das importações de todas as demais origens foi de 31,6%, consolidando tal região geográfica como principal fornecedora de produtos químicos para o Brasil (importações de US\$ 17,6 bilhões) e com a qual se registra o maior desequilíbrio comercial setorial (déficit de US\$ 16 bilhões).

As exportações brasileiras de produtos químicos, por sua vez, de US\$ 14,5 bilhões, em 2021, tiveram um crescimento de 32,3% na comparação com o ano anterior, em grande medida resultado devido ao aumento de 18,7% dos preços médios e à retomada de vendas aos países vizinhos, em especial do Mercosul, os quais em 2020 tiveram severos impactos econômicos com a pandemia da COVID-19. Em termos de quantidades físicas, foram movimentadas 16,3 milhões de toneladas para os mercados de destino, aumento de 11,5%, mas acompanhado de reduções consideráveis nos volumes exportados de cloro e álcalis (-43,0%), de aditivos de uso industrial (-6,7%) e de resinas termoplásticas (-4,5%), comprovando o firme compromisso da indústria química brasileira em priorizar a manutenção de suprimento no mercado interno tanto nos momentos mais críticos da COVID-19 quanto de retomada da economia.

O déficit na balança comercial de produtos químicos totalizou o recorde de US\$ 46,2 bilhões em 2021, valor 51,8% superior ao total de 2020, de US\$ 30,5 bilhões, e 44,4% maior do que aquele de 2013, recorde anterior, de US\$ 32,0 bilhões. Avaliando-se as trocas comerciais com os principais blocos econômicos regionais, em 2021, o Brasil foi superavitário apenas em relação aos países vizinhos e históricos parceiros comerciais, do Mercosul e da Aladi, respectivamente saldos comerciais de US\$ 1,4 bilhão e de US\$ 615 milhões. Entretanto, foram novamente registrados resultados estruturais negativos expressivos em relação à UE e ao Nafta, que somados ultrapassaram um déficit agregado de US\$ 20,4 bilhões,

além do mencionado crescente desbalanceamento com a Ásia (déficit amplia de US\$ 4,3 bilhões, em 2010, para US\$ 16 bilhões, em 2021).

Fonte: Abiquim

Mercado financeiro aumenta previsão de inflação para este ano

Instituições financeiras consultadas semanalmente pelo Banco Central estimam, em boletim divulgado dia 24, que o IPCA deve fechar 2022 em 5,15%. Há quatro semanas, previa-se 5,03%.

Para 2023 e 2024, o mercado manteve a expectativa de inflação da semana passada, de 3,4%.

O boletim Focus reúne a projeção do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Na estimativa desta semana, indica a mesma variação do PIB registrada há sete dias, de 0,29%. Há quatro semanas, o mercado previa crescimento da economia brasileira de 0,42%.

O boletim registra ainda diminuição na expectativa de crescimento do PIB para 2023, passando de 1,75% para 1,69%. Para 2024, a projeção se mantém em 2%.

A previsão do mercado para a taxa básica de juros, a Selic, em 2022, também ficou estável em relação ao divulgado na semana passada, 11,75% ao ano. Há quatro semanas, a projeção era que a Selic fecharia 2022 em 11,5% ao ano.

A taxa, definida pelo Copom está atualmente em 9,25% ao ano. Na próxima reunião do órgão, em fevereiro, o Copom já sinalizou que deve elevar a Selic em mais 1,5 ponto percentual.

Para o fim de 2023, a estimativa é que a taxa básica caia para 8%. Para 2024, a previsão para a Selic é 7% ao ano.

A expectativa do mercado para a cotação do dólar em 2022 também se manteve igual ao projetado na semana passada, R\$ 5,60. Para 2023, a previsão subiu de R\$ 5,46 para R\$ 5,50 e, para 2024, se manteve em R\$ 5,40.

Fonte: Agência Brasil

Governo Federal aperfeiçoa Política Nacional de Resíduos e cria Programa Nacional de Logística Reversa

O governo federal publicou, neste mês, novo texto regulamentador da Pol. Nac. de Resíduos Sólidos (PNRS). O Decreto nº 10.936/2022 revoga outros termos relacionados à PNRS que o antecederam, consolidando antigas medidas e trazendo novas orientações.

A seguir, destacam-se as principais mudanças relacionadas ao setor produtivo:

- Criação do Programa Nacional de Logística Reversa, com a finalidade de integrar os sistemas de logística reversa, visando otimização e escalabilidade das ações. As diretrizes do novo Programa ainda serão definidas pelo Ministério do Meio Ambiente;

- Para que operem em sistemas de logística reversa, as cooperativas de catadores deverão estar legalmente constituídas, cadastradas e habilitadas no no Sist. Nac. de Info. sobre Resíduos (SINIR);

- Especificação de responsabilidades e medidas a serem observadas para o cumprimento da logística reversa por importadores;

- Definição do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) como documento para fins de fiscalização da logística reversa;

- Reafirma que empresas sujeitas à logística reversa e que não sejam signatárias de acordo setorial ou termo de compromisso deverão cumprir com as obrigações previstas nesses instrumentos, sujeitas às penalidades previstas na legislação ambiental;

- Mantida a possibilidade de apresentação de plano integrado por empreendimentos localizados num mesmo território e com mecanismo de governança coletiva;

- Prevê que o plano poderá ser gerado no SINIR a partir das informações declaradas pelos responsáveis. É esperada, portanto, a disponibilização de uma ferramenta específica;

- Microempresas e empresas de pequeno porte continuam dispensadas da elaboração do Plano, agora com critérios claros para a dispensa e ampliação do rol das empresas contempladas. Também está previsto um modelo eletrônico simplificado que poderá ser gerado no SINIR;

- Resíduos perigosos com características de inflamabilidade devem ser obrigatoriamente destinados à recuperação energética quando houver empreendimentos licenciados para este fim em até 150 km de distância da fonte geradora do resíduo.

Fonte: Firjan

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2020/2024

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Conselho Fiscal

Efetivos

Ciro Alves
Angelo José Brazil Ferreira
Alexandre Fagundes de Mattos

Suplentes

Larissa Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro
Rodrigo Simion Hunger

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia